



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 682244 - SP (2021/0231825-5)

**RELATOR** : MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO  
**IMPETRANTE** : PAULO ALBERTO PENARIOL  
**ADVOGADO** : PAULO ALBERTO PENARIOL - SP298254  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**PACIENTE** : VINICIUS VITOR DOS SANTOS  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

### DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de VINICIUS VÍTOR DOS SANTOS em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (2089914-12.2021.8.26.0000).

O paciente foi preso preventivamente pela prática, em tese, do delito previsto no art. 121 do Código Penal, na forma tentada.

O impetrante sustenta que não estão presentes os requisitos do encarceramento cautelar e que a prisão preventiva do paciente foi decretada e mantida com base tão somente na gravidade abstrata do delito supostamente cometido, sem, no entanto, ter apontado qualquer elemento concreto que, efetivamente, evidenciasse que o paciente solto, pudesse colocar em risco a ordem pública ou a ordem econômica, ou mesmo se furtar à aplicação da lei penal.

Requer, em liminar e no mérito, a revogação da prisão preventiva ao paciente ou alternativamente, a aplicação das medidas cautelares previstas no art. 319 do CPP, como, por exemplo, uso de tornozeleira eletrônica, ordem de não aproximação da suposta vítima e testemunhas, etc.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão, em especial porque a decisão combatida trouxe os fundamentos que a embasam, como se extrai da ementa a seguir:

HABEAS CORPUS Homicídio tentado Prisão preventivasuficientemente fundamentada Liberdade provisória incabível,mediante a gravidade e violência do crime Condições pessoaisfavoráveis que não autorizam medidas cautelares alternativas nocaso concreto A prisão preventiva não configura cumprimentoantecipado de pena (STJ) Inviabilidade de análise do contextofático-probatório em sede de habeas corpus Alegação de imperiosidade da soltura em virtude do surto da Covid-19 A pandemia do novo coronavírus não implica em desencarceramentosem critério e generalizado, tampouco

prejuízo ao andamento do feito. Liberdade incabível. ORDEM  
DENEGADA - Fl. 188.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 22 de julho de 2021.

MINISTRO JORGE MUSSI  
Vice-Presidente, no exercício da Presidência